

Orçamento Participativo em Palmela – Um projecto de educação para a gestão pública local

A ideia de que a democracia não se pode esgotar no uso do direito de voto de quatro em quatro anos faz hoje novos caminhos nas ciências sociais e nas práticas políticas, face aos sintomas de cansaço (e afastamento das pessoas!) nas democracias actuais. Um desses caminhos é o da ampliação da ideia de democracia à participação constante das pessoas na decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito. Este caminho, a democracia participativa, encontra um espaço próprio de experimentação e desenvolvimento em contextos locais, no governo das cidades e municípios.

Algumas experiências recentes de democracia participativa local, como o “Orçamento Participativo” de origem brasileira e latino-americana, acrescentam às tradições europeias de democracia participativa e democracia local, mais baseadas em associações e conselhos, três ideias: participação directa das pessoas; participação na elaboração do Plano de Actividades e Orçamento Municipal; participação com capacidade de decisão.

Em Palmela, três anos de experiência continuada de “Orçamento Participativo” permitem encontrar neste projecto, a par de importantes contributos para a qualidade da gestão pública (do governo local), nomeadamente nas variáveis transparência e articulação territorial da gestão, um grande potencial de educação das pessoas para a gestão pública local. A Câmara Municipal de Palmela quer aprofundar esta dimensão educativa do projecto “Orçamento Participativo”.

Esta educação para a gestão pública local assenta na vivência directa (na participação directa) na gestão pública, nomeadamente na elaboração de instrumentos determinantes da gestão municipal como o Plano de Actividades e Orçamento, Planos Urbanísticos e estratégicos. Os processos participativos em Palmela, com a participação do poder local e cidadãos, desenvolvem-se em quatro dimensões distintas, com distintos objectos, dinâmicas e ritmos: associações, conselhos locais, parcerias para desenvolvimento local; Fórum Palmela, para reflexão mais estratégica; Planeamento Participativo, para Planos Urbanísticos e de Ordenamento; e Orçamento Participativo, para Planos de Actividades e Orçamento Municipal. Estes processos participativos constituem no seu conjunto e na sua diversidade um importante espaço de aprendizagem para a cidadania; entre eles, o Orçamento Participativo é o projecto que permite accionar em continuidade um conjunto de instrumentos de apoio à dimensão educativa do processo, de monitorização e avaliação de resultados.

Como vamos trabalhando e aprendendo com estes processos participativos?

A Câmara Municipal de Palmela constituiu, no início deste mandato autárquico, um **Pelouro Participação e Desenvolvimento Local**, directamente dependente da Presidente da Câmara, que tem como **objectivo fundamental implementar, em articulação com o conjunto dos serviços municipais e com a comunidade local, um estilo de trabalho autárquico**

verdadeiramente aberto à participação, aos contributos directos e ao controle das pessoas que vivem e trabalham no Concelho de Palmela.

O início de actividade deste novo pelouro municipal foi marcado fundamentalmente pelo projecto **Orçamento Participativo**, um método de elaborar o Plano de Actividades e Investimentos Municipais (agora designado por Grandes Opções do Plano) que aposta na participação directa das pessoas, e que se materializa num processo regular e sistemático de debates públicos abrangendo todas as localidades do Concelho. Nos primeiros três anos de experiência (2002 a 2004), contámos com uma participação crescente (de 1200 a 1700 participantes), o que consideramos muito positivo nesta fase ainda inicial do projecto.

Mas, ao mesmo tempo, trabalhámos em novos processos de **participação das pessoas na gestão pública no Concelho de Palmela que vão muito para além** da elaboração do Plano de Actividades e Investimentos Municipais. **Os debates públicos, ao longo do presente ano, sobre os Planos de Urbanização de Quinta do Anjo e de Pinhal Novo, a Carta Educativa, o Programa Museológico do Concelho de Palmela, a organização administrativa no Concelho** e o início do processo de **revisão do PDM**, são exemplos de um novo estilo de gestão autárquica participada que estamos a implementar no Concelho de Palmela.

Do nosso projecto de Orçamento Participativo vamos construindo um processo de Planeamento Participativo, que tenderá a prolongar-se por todo o ano.

Este processo de trabalho coloca a todos nós novos problemas e novos desafios. Desde logo, um problema material de tempo. Sabemos que não é possível a todos os munícipes ao mesmo tempo ocuparem-se em pormenor de todos os assuntos da gestão pública – e por isso elegemos, de quatro em quatro anos, representantes da comunidade para essa função. E por isso perceberemos que nem todas as pessoas possam participar em todos os processos de informação e debate público que temos em agenda para o próximo ano. A nossa perspectiva é a de que, **constituídos os espaços para a participação de todos, cada um possa participar de acordo com as suas disponibilidades, interesses e motivações**. E acreditamos que, no seu conjunto e na sua diversidade, a participação das pessoas constitua um processo de fiscalização e de enriquecimento do processo de decisão que reforce a transparência da gestão pública e melhore a qualidade das decisões tomadas e do serviço público à comunidade.

Mas esta multiplicação de espaços de participação das pessoas na gestão pública local lança também outro tipo de desafios sobre o nosso modelo de gestão pública participada: o de construirmos **um espaço de articulação das várias participações sectoriais, um espaço de participação sobre os temas mais estratégicos e de interesse para a globalidade do nosso Concelho**.

Entre as ideias que temos debatido no Concelho de Palmela, está a possibilidade de **constituição de um Conselho Municipal**, como espaço de “representação” de todas as instituições locais e de todas as redes e dinâmicas locais, com um papel consultivo (com progressiva capacidade vinculativa) sobre os grandes temas da vida local, aprendendo com erros do passado, e arriscando capacidade para inovar (nomeadamente na relação com os

processos de participação directa dos cidadãos e na atenção às várias formas de participação dos cidadãos!).

Estes anos de experiências de estímulo à participação directa das pessoas na gestão pública local permitem-nos fazer alguns balanços provisórios. Sentimos que o processo permite uma **progressiva aquisição de informação útil às pessoas para agirem pelos seus direitos**; que permite a **criação de laços de proximidade e de compromisso directo entre os eleitos e os cidadãos que esses eleitos representam**; que permite **um certo grau de intervenção das pessoas no processo de decisão sobre a afectação de recursos do município para o desenvolvimento local**; que permite ir criando uma **visão sobre necessidades colectivas**, para além do problema individual de cada um.

A atenção que possamos dar hoje ao tema da participação/cidadania é uma forma de assinalar os 30 anos da Revolução de Abril.